

**INOVAÇÃO E TECNOLOGIA**  
A aposta da indústria nas  
deeptechs para solucionar  
problemas de alta complexidade

**ENTREVISTA** | Deputado Alencar Santana  
O saldo para o Poder Executivo no ambiente  
legislativo, apesar dos intensos debates,  
confrontos e virulência da oposição



**RDM**

GOVERNANÇA, EMPRESAS & NEGÓCIOS

# Brasil SA

EDIÇÃO DIGITAL ONLINE

ANO XXIX  
JANEIRO / 2025  
EDIÇÃO 27



# BRASIL-CHINA

Uma ferrovia para conectar  
os dois países via Pacífico



Em 2024, a Assembleia Legislativa de Mato Grosso consolidou seu compromisso com o desenvolvimento do estado, promovendo ações que impactam diretamente a vida dos cidadãos. Com um trabalho focado na transparência, eficiência e inovação, a ALMT conquistou marcos importantes, como o Selo Diamante de Transparência e a execução de centenas de projetos que refletem o empenho em construir um futuro melhor para todos.

**C a d a c o n q u i s t a ,**

**2054** PROJETOS DE LEI  
**376** LEIS ORDINÁRIAS  
**47** LEIS COMPLEMENTARES  
**832** RESOLUÇÕES

**SELO DIAMANTE DE  
TRANSPARÊNCIA PÚBLICA**  
PELO SEGUNDO  
ANO CONSECUTIVO



ACESSE  
OS CANAIS DE  
COMUNICAÇÃO  
DA ALMT



**um passo para o futuro.**

**TV ASSEMBLEIA**

SINAL CHEGANDO A 62 MUNICÍPIOS  
E ABRANGENDO CERCA DE 75%  
DA POPULAÇÃO DO ESTADO



**ALMT**  
Assembleia Legislativa

*Perto de você para a mudança acontecer.*

# A China no centro do turbilhão geopolítico

A maioria das medidas econômicas e estratégicas que o presidente Donald Trump anunciou no dia da sua posse à frente do cargo máximo dos Estados Unidos visam conter o avanço da China no mundo, especialmente sua influência econômica na América Latina, tida pelos norte-americanos como seu quintal.

A medida estratégica mais polêmica e que promete mexer no mundo e revolvê-lo de pé pra cabeça é retomar o mando do Canal do Panamá. Sem nenhuma cerimônia o novo mandatário norte-americano anunciou que os Estados Unidos vão pegar de volta aquela conexão entre os oceanos Atlântico, via Mar do Caribe, e Pacífico.

Mais que um expansionismo que se configurou em outras bravatas (?), vide anexar a Groenlândia e o Canadá, tomar o Canal do Panamá será restringir a presença chinesa naquela travessia.

Contudo, como os chineses não deixam ponto sem nó, estão investindo na construção da ferrovia Transoceânica, visando receber as exportações brasileiras e de outros países da América do Sul, e, por sua vez, ter ela própria, a China, acesso ao Atlântico.

A ferrovia Transoceânica é uma reportagem de capa desta edição. Boa leitura.



João Orozimbo Negrão, editor-geral

## ÍNDICE | Janeiro 2025

04 | CARTA

05 | OPINIÃO | Ivanir dos Santos

06 | BASTIDORES DA REPÚBLICA | João Pedro Marques

08 | ENTREVISTA | Deputado Alencar Santana

14 | COMUNIDADES TERAPÊUTICAS

18 | FERROVIA DA CHINA

22 | INOVAÇÃO E TECNOLOGIA

24 | ANTROPOLOGIA BRASILEIRA



**ENTREVISTA | Alencar Santana**  
O saldo para o Poder Executivo no ambiente legislativo, apesar dos intensos debates, confrontos e virulência da oposição

CEO

João Pedro Marques

DIRETOR PRESIDENTE

Artur Fonseca Dias

DIRETORA EXECUTIVA

Shelry Pereira

DIRETOR DE REDAÇÃO

João Orozimbo Negrão

EDITORA

Vanessa Moreno

EDITOR DE ARTE

Marco Antonio Raimundo

REVISÃO TEXTUAL

Doralice Jacomazi

REDAÇÃO

Humberto Azevedo

CONSELHO EDITORIAL

João Pedro Marques (coordenador), João Negrão (presidente), Shelry Pereira, Vanessa Moreno e Márcio Brandão do Carmo.

NESTA EDIÇÃO

TEXTOS

FABIOLA SINIMBÚ, HUMBERTO AZEVEDO, JOÃO NEGRÃO, JOÃO PEDRO MARQUES, LUCIANO MACAFERRI RODRIGUES, LUIZ AUGUSTO PEREIRA DE ALMEIDA, OSCAR SOARES MARTINS, AGÊNCIA BRASIL, AGÊNCIA IBGE DE NOTÍCIAS, AGÊNCIA DE NOTÍCIAS DA INDÚSTRIA.

FOTOS

ALYTON SOTERO, CECÍLIA BASTOS, HERTON ESCOBAR, RICARDO STUCKERT, JORNAL DA USP, AGÊNCIA BRASIL, AGÊNCIA CÂMARA, AGÊNCIA SENADO, AGÊNCIA DE NOTÍCIAS IBGE, INSTITUTO SAMAÚMA, SECOM-PR, USP IMAGENS.

RDM MATO BRASIL S/A NÃO SE RESPONSABILIZA POR MATÉRIAS E ARTIGOS ASSINADOS, QUE NÃO REFLETEM NECESSARIAMENTE A OPINIÃO DA REVISTA. AS MATÉRIAS ESPECIAIS PUBLICADAS NA RDM SÃO DE COLABORAÇÃO DE SEUS AUTORES E CEDIDAS ESPONTANEAMENTE, SEM FINS LUCRATIVOS.

REDAÇÃO:

(65) 3623-1170 / 3622-2310

redacao@revistardm.com.br

COMERCIAL/MÍDIA:

ARTUR DIAS DA FONSECA NETO

(65) 3623-1170 - (65) 99682-1470

midia@revistardm.com.br

comercial@revistardm.com.br

ADMINISTRATIVO CENTRAL

(65) 3623-1170

DISTRIBUIÇÃO/CIRCULAÇÃO

ADEMIR KUHNEN GALITZKI

A REVISTA RDM BRASIL S/A É UMA PUBLICAÇÃO



# Intolerância religiosa no Brasil

**A** intolerância religiosa, assim como o racismo, é um dos maiores mecanismos de exclusão.

Como bem gostamos de pontuar, um brevíssimo panorama sobre as Histórias da formação social do Brasil nos permite enxergar que a intolerância e o racismo são ainda os maiores desafios para a construção da coexistência pacífica em várias partes do mundo e promoção da equidade.

Um desafio que vem se arrastando ao longo dos séculos e se infiltrando dentro da sociedade e da política brasileira.

Podemos dizer que a intolerância religiosa é caracterizada quando uma pessoa não aceita a religião ou crença de outro indivíduo.

Como bem nos conta a História, no Brasil, por lei, o Estado é laico, ratificado e assegurado pela Constituição Federal de 1988: “É inviolável a liberdade de consciência e de crença, sendo assegurado o livre exercício dos cultos religiosos e garantida, na forma da lei, a proteção aos locais de culto e a sua liturgia, nos termos da lei, a prestação de assistência religiosa nas entidades civis e militares de internação coletiva” (Constituição federal de 1988).

Entretanto, os dados revelados pelo Ministério dos Direitos Humanos e Cidadania apontam que a intolerância religiosa vem crescendo assustadoramente no Brasil nos últimos quatro anos.

Segundo os dados publicados no ano de 2024, o Disque 100, instrumento de denúncia do governo federal, recebeu 2.472 chamadas. Em 2023, foram recebidas 1482 denúncias. No ano de 2022, houve 898 denúncias. E em 2021 foram registrados 584 relatos de intolerância religiosa.

O ministério aponta que em 2024 os casos de intolerância religiosa cresceram 66,8%. Tal crescimento se deve à falta de políticas públicas que possam fortalecer e promover uma cultura de tolerância, paz e respeito à diversidade religiosa na esfera social, política, cultural e econômica.

É importante ressaltar que em 2013 a Comissão de Combate à Intolerância Religiosa



**“É inviolável a liberdade de consciência e de crença, sendo assegurado o livre exercício dos cultos religiosos e garantida, na forma da lei, a proteção aos locais de culto e a sua liturgia, nos termos da lei, a prestação de assistência religiosa nas entidades civis e militares de internação coletiva”**

(CCIR) entregou ao governo federal subsídio para o Plano Nacional de Combate à Intolerância Religiosa.

Uma proposta que versa, acima de tudo, no fortalecimento da educação como forma de ensinar e promover a equidade religiosa no Brasil. Pois como bem afirma Nelson Mandela: “Ninguém nasce odiando outra pessoa pela cor de sua pele, ou por sua origem, ou sua religião. Para odiar, as pessoas precisam aprender, e se elas aprendem a odiar, podem ser ensinadas a amar”.

Na semana em que os fiéis católicos e adeptos das religiões de matrizes africanas se encontram, neste dia 20 de janeiro, nas celebrações das interfases entre São Sebastião e Oxóssi, nos preparamos para, no dia 21 de janeiro, fortalecer as nossas luta em prol da tolerância, da liberdade religiosa e do culto. ●

**\*Ivanir dos Santos** é professor e orientador no Programa de Pós-graduação em História Comparada da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Conselheiro Estratégico do Centro de Articulação de Populações Marginalizadas (CEAP). Autor e idealizador da série Resistência Negra, da Globoplay

## Renegociação com estados pode ter impacto de R\$ 106 bi no pior cenário

Sancionado no início de janeiro, o programa especial de renegociação da dívida dos estados gerará, no pior cenário, impacto negativo de até R\$ 105,9 bilhões de 2025 a 2029 para a dívida do governo federal. No melhor cenário, a União arrecadará até R\$ 5,5 bilhões no mesmo período. As estimativas foram divulgadas pelo Tesouro Nacional. No cenário negativo, o Tesouro considera que os estados não transferirão ativos (como empresas estatais locais) para a União e o saldo devedor seja corrigido por juros reais (acima da inflação) de 2% ao ano. No cenário mais favorável, além da transferência de ativos à União, prevista no programa especial, os estados poderão amortizar a dívida nos cinco primeiros anos. Nesse caso, o Tesouro considerou que o saldo devedor poderá ser reduzido em até 20% com juros reais de 0%. Para que o impacto seja positivo, os estados deverão transferir mais que R\$ 160 bilhões em ativos ao governo federal, hipótese considerada otimista pelo Tesouro.



Divulgação



## Brasil registra em 2024 aumento de 79% de áreas queimadas

O Brasil registrou aumento de 79% nas áreas queimadas de seu território, entre janeiro e dezembro de 2024, na comparação com o mesmo período do ano anterior. De acordo com dados do Monitor do Fogo do MapBiomias, 30,8 milhões de hectares foram afetados pelo fogo nesse período. A extensão da área queimada é superior à do território da Itália e a maior registrada desde 2019. O aumento representa crescimento de 13,6 milhões de hectares do que o fogo alcançou em 2023. A maior parte do território brasileiro consumido pelo fogo, 73%, foi de vegetação nativa, principalmente formações florestais. Segundo os pesquisadores, o aumento das áreas queimadas está relacionado a um longo período seco enfrentado pelo país em decorrência do fenômeno El Niño - aquecimento anormal das águas superficiais e subsuperficiais do Oceano Pacífico -, que ocorreu entre 2023 e 2024. "Os impactos dessa devastação expõem a urgência de ações coordenadas e engajamento em todos os níveis para conter uma crise ambiental exacerbada por condições climáticas extremas, mas desencadeada pela ação humana como foi a do ano passado", explicou a coordenadora do MapBiomias Fogo, Ane Alencar.

## Comissão aprova marco regulatório para a promoção da agroecologia

A Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural da Câmara dos Deputados aprovou proposta que cria um marco regulatório para a promoção da agroecologia no País. A ideia é incentivar ações em agricultura sustentável que utilizem tecnologias limpas e integradas ao ecossistema. O texto estabelece princípios, diretrizes e procedimentos, bem como fontes de recursos e um modelo de gestão para implementação do Programa de Fomento e Desenvolvimento de Sistemas Agroflorestais de Base Agroecológica (Prosaf). Um dos objetivos do programa é recuperar áreas degradadas por meio de jardins filtrantes, com prioridade para aquelas situadas em bacias hidrográficas em estado crítico. O texto também determina que o Prosaf vai atender de forma prioritária os agricultores familiares, assentados da reforma agrária, povos tradicionais e agricultores intra e periurbanos. Pelo texto, a certificação agroflorestal será realizada por entidades públicas e privadas.



Divulgação



Divulgação

## IBGE lançará seu Plano de Trabalho 2025 em todas as grandes regiões

O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) lança seu Plano de Trabalho 2025 em todas as regiões do Brasil. O lançamento se iniciou em janeiro, pela região Norte, em Belém, capital do Pará, com apoio da Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (Sudam). O lançamento do Plano acontece junto com o Fórum de Gestores Federais, organizado pela Sudam com representantes de cada órgão federal envolvido nos temas debatidos. Esta é a primeira vez que o IBGE divulga regionalmente seu Plano de Trabalho. Na sequência de Belém, haverá lançamento nas regiões: Nordeste, em Recife, no dia 28, em parceria com a Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste; Centro-Oeste, em Brasília, no dia 29, em parceria com o Serviço Federal de Processamento de Dados; Sudeste, em Vitória, no dia 30, em parceria com o Instituto Jones dos Santos, e na Região Sul o lançamento será em Porto Alegre, no dia 31, em parceria com a Organização das Cooperativas do estado do Rio Grande do Sul. Todos os eventos serão realizados das 10h30 às 12h, e contarão com transmissão online pelo IBGE Digital (ibge.gov.br) e redes sociais do Instituto e de parceiros locais.



Divulgação

## Tribunais buscam melhores índices de eficiência da Justiça

O aumento do índice que mede a obtenção de acordo entre pessoas que levam causas à Justiça e a diminuição da taxa de congestionamento dos processos judiciais estão no horizonte das Metas Nacionais do Poder Judiciário 2025. Entre os dez compromissos assumidos pelos 91 tribunais brasileiros com o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) para tornar o Judiciário mais eficiente, estão o aumento do Índice de Conciliação, expresso na Meta Nacional 3, e a redução da taxa de congestionamento, que mensura o número de processos pendentes de julgamento em relação ao estoque total - a Meta Nacional 5. Para 2025, a aferição do cumprimento da Meta Nacional 3 irá considerar o percentual de acordos homologados em relação ao total de sentenças e decisões terminativas proferidas somente no primeiro grau de jurisdição. Em anos anteriores, o índice considerava todos os acordos homologados. A alteração na Meta 3 está detalhada no Glossário das Metas Nacionais 2025.

### DITO & FEITO

**“As relações entre o Brasil e os EUA são marcadas por uma trajetória de cooperação, fundamentada no respeito mútuo e em uma amizade histórica.”**

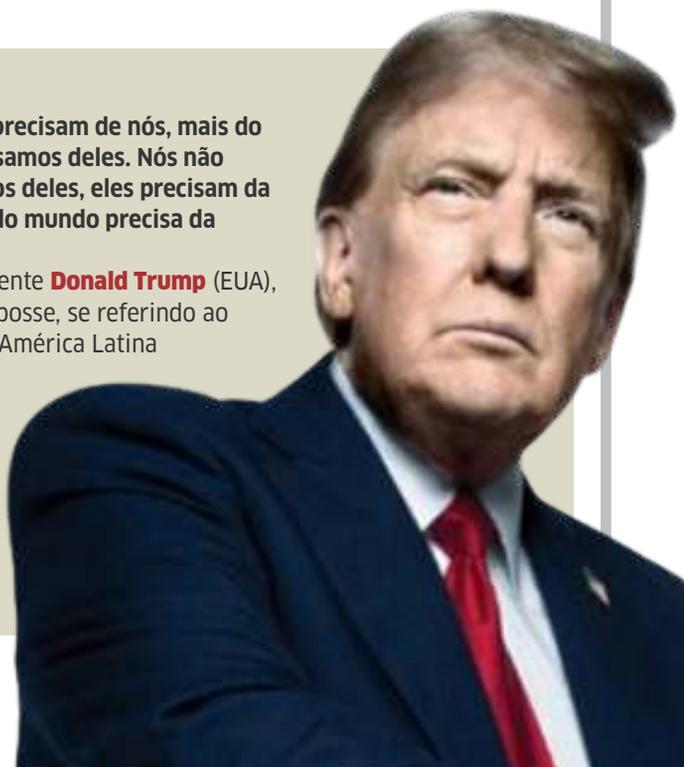
Presidente **Lula**, ao saudar a posse de Trump

**“Nossos países nutrem fortes laços em diversas áreas, como o comércio, a ciência, a educação e a cultura. Estou certo de que podemos seguir avançando nessas e outras parcerias. Desejo ao presidente Trump um mandato exitoso, que contribua para a prosperidade e o bem-estar do povo dos Estados Unidos e um mundo mais justo e pacífico.”**

**Maria Laura da Rocha**, secretária-geral do Ministério das Relações Exteriores

**“Eles precisam de nós, mais do que precisamos deles. Nós não precisamos deles, eles precisam da gente. Todo mundo precisa da gente.”**

Presidente **Donald Trump** (EUA), ao tomar posse, se referindo ao Brasil e à América Latina



Divulgação

# Câmara aprovou 174 matérias de interesse do governo

Para o vice-líder do governo na Câmara dos Deputados, deputado Alencar Santana (PT-SP), o saldo para o Poder Executivo no ambiente legislativo, apesar dos intensos debates, confrontos e virulência da oposição bolsonarista, é bastante positivo

Por **Humberto Azevedo**

**A** entrevista desta edição é com o vice-líder do governo na Câmara dos Deputados, deputado Alencar Santana (PT-SP). Para ele, apesar dos intensos debates, confrontos e virulência praticada pela oposição bolsonarista, o saldo do governo Lula III no ambiente legislativo é bastante positivo.

Ao todo, num relatório de balanço produzido pela assessoria da liderança do governo na “Casa do Povo”, foram 174 matérias aprovadas e que

são de interesse do governo. Sendo 121 Projetos de Leis (PLs), 13 Projetos de Lei Complementares (PLPs), uma proposta de emenda constitucional e 26 projetos de referendo a acordos internacionais.

As Medidas Provisórias (MPs) são um capítulo à parte. Em 2024, a Câmara aprovou 13 MPs editadas pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Da nova República, surgida a partir de 1985 com o governo do ex-presidente José Sarney (PMDB) – que pôs fim a 21 anos de ditadura militar no país, a terceira gestão de Lula já publicou no

Diário Oficial da União 132 MPs desde 2023. Esse é o maior número de MPs editadas por um presidente, até então, desde Sarney. E das 13 MPs aprovadas, 11 tratam de abertura de crédito extraordinário.

Só que apenas um pouco mais de 11% delas concluíram todo o rito de tramitação. A maioria, mais de 61%, perderam eficácia sem que fossem votadas pelo parlamento. Só em 2024, o governo Lula editou 80 MPs. Destas, apenas 13 foram aprovadas. Isso decorre, sobretudo, da nova correlação de forças entre Legislativo e Exe-



**Ex-senador pernambucano Armando Monteiro, durante discurso proferido naquela Casa da Federação no último ano de seu mandato, em 2018**

cutivo. Desde 2015, deputados e senadores passaram a ter suas emendas ao Orçamento Geral da União (OGU) como impositivas, que é quando o Poder Executivo é obrigado a executá-las.

### **DESTAQUES**

Conforme o relatório produzido pela liderança do governo na Câmara, as proposições de relevo que foram aprovadas pela Câmara se referem à regulamentação da reforma tributária, ampliação do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), que permitiu ao governo federal investir R\$ 500 milhões do Fundo Garantidor de Operações (FGO) para garantia de empréstimos contratados, e que instituiu a Letra de Crédito de Desenvolvimento (LCD) a ser emitido pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) para viabilizar projetos que promovam o crescimento econômico sustentável.

No relatório produzido pela liderança do governo, a criação do programa Mobilidade Verde e Inovação (Mo-ver), voltado à descarbonização da cadeia automobilística e à neindustrialização do setor também foi outra aprovação alcançada na Câmara que foi destacada. Tal como a proposta que aumenta as penas de homicídio praticado em instituição de ensino, considerando-o como crime hediondo.

### **ÍNTEGRA**

Abaixo segue a íntegra da entrevista do petista paulista que exerce a vice-liderança do governo na Câmara.

**Grupo RDM: Como o senhor, como vice-líder do governo na Câmara, faz o balanço do que foi o ano de 2024 nas relações entre o Poder Executivo e o Poder Legislativo? 2023 foi um momento de reacomodação, de recolocação da casa, de recolocar a casa em ordem, não é? E agora em 2024 a realidade começou a bater à porta até com a dificuldade de negociar com o parlamento, com o Cen-**



**trão, com uma oposição virulenta, a oposição bolsonarista. Como o senhor vê esse 2024? E as perspectivas de 2025?**

**Alencar Santana:** Eu vejo que o governo termina bem, você tem a geração de emprego, o nível de desemprego mais baixo da história, uma inflação controlada, o Brasil crescendo e crescendo acima da expectativa de analistas econômicos e outros, não é? Um cenário internacional muito promissor, aliás, o Brasil sediou aqui o G20, e se comparar, inclusive, com as reuniões dos G20 anteriores, o presidente Lula trouxe para cá os líderes dos principais países do mundo, dos Estados Unidos, da China, África do Sul, França, e outros. Demonstrando o prestígio do seu governo, o presidente também dos

Estados Unidos da América, de países da América do Sul, da América Latina, então, foi aquilo que o governo se propôs a fazer, e ele está fazendo, que é garantir a inclusão social, a fome diminuindo, garantir a estabilidade política, a democracia no país, e o presidente tem feito isso, tem agido, tem feito com diálogo, para apontar o crescimento, tem feito resgate de programas, logicamente que tem dificuldades políticas na Câmara, nós não temos a maioria alinhada politicamente, tem uma maioria pontual do ponto de vista de estabilidade na votação, mesmo assim, tendo que ceder em diversos pontos, e uma oposição radicalizada, absurda, tanto é que tentou matar o presidente. Então, você vê o nível de não política, de uma política autoritária, fascista,



**“ O líder José Guimarães, esses dois anos aí, também diria, que tirou muitas vezes leite de pedra, conseguindo aprovar propostas, medidas ali, quando muita gente achava que era inimaginável”**

antidemocrática que a oposição faz. Acho que esse é o cenário, e agora na expectativa de aprovar algumas medidas, apesar do cenário econômico ser positivo, esse crescimento, o governo também sofre outras pressões, como o mercado, o mercado que não é o mercado onde a dona Maria e o senhor José estão indo comprar o arroz, o feijão, a carne, o produto, mas esse setor econômico egoísta, os grandes bancos, os grandes investidores, especuladores que querem que o governo faça um sacrifício, e faça um sacrifício em cima dos mais pobres, mas não é essa política que nós vamos abraçar. Por isso que o presidente Lula também manda, junto com algumas medidas de ajustes, justamente vai mandar a taxaço superior para quem ganha acima de R\$ 50 mil. Acho que este é o

cenário. 2025 promete muito, não tenho dúvida que vai ser muito mais promissor.

**Grupo RDM: O pacote de ajustes fiscais foi votado na Câmara e no Senado, mas a taxaço dos que ganham acima de R\$50 mil e a isenção do imposto de renda para quem ganha até R\$5 mil ficou para 2025. Isso não frustra um pouco?**

**Alencar Santana:** A gente sempre quer as coisas na nossa hora, mas nem sempre é possível. Mas o governo tem esse compromisso, que vem de campanha, de isenção de quem ganha até R\$5 mil e de fazer uma mudança tributária mais justa e solidária. Ora, vou dizer, o andar de cima, que fala que o governo tem que arrecadar mais para melhorar as contas, mais do que natural de quem ganha dividendos, lucros, que hoje não pagam em tributos, justamente terão que pagar, dar a sua parte de contribuição também, a sua cota para o país ter condições de fazer suas políticas. Então, o compromisso está feito, se não for ainda esse ano, que não será fácil, o tempo está acabando, mas 2025 está logo ali e nós vamos aprovar.

**Grupo RDM: Quando o Lira foi eleito presidente da Câmara, reeleito, no governo Lula III, o PT apoiou a sua reeleição. E agora o PT também, junto com a maioria de quase todos os partidos, apoia a eleição do Hugo Motta. Como que você avalia que será a gestão de Hugo Motta? Vai ser parecida com a gestão do Lira? Vai haver diferenças?**

**Alencar Santana:** São perfis diferentes, são pessoas diferentes, partidos diferentes, cenários diferentes. Se o PT teve que aderir, quando ele declarou apoio aderindo ao Lira, agora ele ajudou a construir o Hugo Motta. Então, o Lira ajudou o governo em diversos momentos, ao aprovar diversas pautas, momentos difíceis, as pautas econômicas, reconstrução do país, mas, logicamente, ele também tinha outros compromissos. O Hugo também tem outros compromissos com outras bancadas, mas o PT



ajudou desde o início a construir, e o próprio governo. Então o que a gente espera é que a relação seja ainda melhor.

**Grupo RDM:** Para finalizar, como vice-líder do governo, como que vai ser esse cenário debatido na bancada do PT, da federação e da própria maioria? Esse rearranjo de forças, as lideranças vão ser mantidas?

**Alencar Santana:** No PT sempre muda, é natural, o próximo líder é o Lindberg Farias, o Odair Cunha tem feito um baita trabalho, um baita líder, mas está escolhido já o Lindberg como próximo líder. Do governo a escolha é do presidente, e o líder José Guimarães, esses dois anos aí, também diria, que tirou muitas vezes leite de pedra, conseguindo aprovar propostas, medidas ali, quando muita gente achava que era inimaginável. Creio que continuará, mas aí quem escolhe é o presidente Lula, eu não tenho o poder de falar por ele.

**Grupo RDM:** E para encerrar

**“ Um cenário internacional muito promissor, aliás, o Brasil sediou aqui o G20, e se comparar, inclusive, com as reuniões dos G20 anteriores, o presidente Lula trouxe para cá os líderes dos principais países do mundo, dos Estados Unidos, da China, África do Sul, França, e outros”**

mesmo, a questão do Banco Central, saiu agora no dia 31 de dezembro, porque acabou o mandato, a gestão do Roberto Campos Neto, e assumiu, a partir de 1º de janeiro, o Gabriel Galípolo, que foi indicado pelo Lula, e como vocês estão com essa de um cenário difícil para baixar os juros logo de início. Difícil, não?

**Alencar Santana:** O Brasil é um dos países que têm os juros mais altos, segundo mais alto, portanto tem condições de baixar. Esperamos que o Galípolo consiga domar esse setor, demonstrar confiança e baixar os juros, para que nós tenhamos maiores condições de investimentos.

**Grupo RDM:** Os títulos das dívidas públicas, por exemplo, que hoje viraram um problema sério até, estão no horizonte, ou está distante ainda mexer com isso, a questão da dívida interna, dos juros, a auditoria da dívida?

**Alencar Santana:** Não está no radar, não sei informar agora sobre isso. ●

**Você sabia que antes  
de contratar nosso  
sistema de alarme,  
você recebe a visita  
de um de nossos  
especialistas de  
segurança?**

 **NEWLINE**  
SISTEMAS DE SEGURANÇA

# Plataforma traz dados inéditos sobre comunidades terapêuticas no país

Ferramenta ficará disponível para pesquisa de 1.285 documentos públicos

Por **Alana Gandra**, da Agência Brasil

**P**lataforma lançada nesta semana pela Frente Parlamentar Mista de Promoção à Saúde Mental traz documentos inéditos que são fonte primária para o financiamento federal de comunidades terapêuticas (CTs).

Com o objetivo de pesquisar e fiscalizar as comunidades, a plataforma Raio-X das Comunidades Terapêuticas: Plataforma de Pesquisa e Fiscalização das Entidades com Financiamento Público Federal reúne 1.285 documentos públicos, com projetos terapêuticos e instrumentos de gestão, produzidos entre 2017 e 2023. A plataforma ficará disponível no site do grupo.

Segundo a especialista em saúde mental do Instituto de Estudos para Políticas de Saúde (IEPS), Dayana Rosa, é a primeira vez que os documentos são reunidos, sistematizados e analisados, “possibilitando que pesquisadores, jornalistas e sociedade civil em geral se atualizem sobre o tema”. O IEPS é a organização que faz a secretaria executiva da Frente Parlamentar.

A plataforma reúne documentos que vão de 2017 a 2023. “Então, o estudo é inédito, porque traz fontes primárias e tem o ineditismo da atualização de evidências científicas sobre as comunidades terapêuticas no período mencionado”. O IEPS funciona como secretaria executiva da Frente Parlamentar.

## COMUNIDADES TERAPÊUTICAS

As comunidades terapêuticas são instituições de natureza privada, em grande parte religiosas, que se estruturam como residências coletivas temporárias para recuperação de pessoas que fazem uso de álcool e drogas. Um requisito para que elas recebam financiamento do governo federal é a elaboração de um projeto terapêutico.

O instrumento deve trazer um conjunto de propostas de condutas terapêuticas articuladas com o objetivo principal de aprofundar as possibilidades de intervenção sobre os casos acolhidos. O financiamento de vagas em CTs é realizado com recursos públicos municipais, estaduais e federais.

De acordo com o estudo efetuado pela Conectas Direitos Humanos e o Cebrap, entre 2017 e 2020, o investimento federal nessas comunidades totalizou R\$ 300 milhões. O montante sobe para R\$ 560 milhões quando considerados os valores repassados por governos estaduais e prefeituras de capitais.

A plataforma informa que, além disso, as CTs passaram a receber imunidade tributária a partir da Lei Complementar nº 187/2021, que regula a Certificação de Entidades Beneficentes de Assistência Social (Cebas) atuantes nas áreas da educação, saúde e assistência social.

## FISCALIZAÇÃO

Dayana Rosa informou que o exercício da fiscalização das CTs ainda está em debate no Legislativo. “Existem várias tentativas de regulamentação sobre esse assunto, mas isso vai variar a partir de conselhos municipais, estaduais e federal. A Frente Parlamentar está também cumprindo uma ação de fiscalização que é responsabilidade do Poder Legislativo”. Existe uma preocupação grande no que se refere à fiscalização das CTs, porque muitas não são regulamentadas.

“Elas são entidades privadas. Então, se existe um financiamento público para entidades privadas, existe ainda mais necessidade de fiscalização desse tipo de instituição”. Dayana afirmou que, por esse motivo, a plataforma disponibiliza, além dos contratos, termos de fomento e de convênio, os projetos terapêuticos.

“Porque é nesses projetos terapêuticos que a instituição vai poder dizer, de fato, como se faz o tratamento de álcool e drogas para quem a procura”. Esta é também a primeira vez que os dados de projetos terapêuticos são disponibilizados.

“Aí conseguimos ver como cada comunidade terapêutica organiza seu corpo de profissionais e quais são as atividades que o interno vai fazer, como é o acesso, como é a saída. Essas infor-





Fotos: Divulgação

## “A pessoa disponibiliza com o intuito de a gente, mais uma vez, potencializar e fomentar a pesquisa no Brasil sobre esse tema de fiscalização que ainda é recente”

mações são muito novas”.

### FISCALIZAÇÃO SANITÁRIA

Os serviços de saúde e de interesse à saúde são fiscalizados pelas vigilâncias sanitárias locais, com base em normas sanitárias federais e locais sobre o tema. Assim, toda comunidade terapêutica deve ter alvará sanitário. A fiscalização sanitária avalia aspectos de infraestrutura, documentação, recursos humanos e processos de trabalho.

Em caso de irregularidades, diversas sanções podem ser aplicadas, dependendo da gravidade ou da reincidência da infração sanitária. As sanções variam desde uma advertência, multa, apreensão e inutilização de produtos, até a interdição do estabelecimento.

A Frente Parlamentar destaca, entretanto, que as CTs não integram o Sistema Único de Saúde (SUS) nem o Sistema Único de Assistência Social (SUAS), mas são equipamentos da rede suplementar de atenção, recuperação e reinserção social de dependentes de substâncias psicoativas. Essas entidades integram o Sistema Nacional de Políti-

cas Públicas sobre Drogas (Sisnad), por força do Decreto 9.761/2019 e da Lei nº 13.840/2019.

Dessa forma, além da vigilância sanitária, outros órgãos ou entidades também podem fazer fiscalizações eventuais, motivadas por denúncias de situações que estejam dentro do âmbito das competências de cada uma delas. Conselhos profissionais podem fiscalizar questões ligadas ao exercício profissional e o Ministério Público do Trabalho pode realizar fiscalizações relativas a questões trabalhistas, por exemplo.

Para aprimorar os canais de fiscalização e denúncia, a frente parlamentar apresentou, em 2023, o Projeto de Lei nº. 6227, que altera a atual Lei de Drogas, para que o Disque Denúncia de Violação de Direitos Humanos (Disque 100) passe a receber notificações também relacionadas às CTs.

### PESQUISA

Pesquisa realizada pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) revela que, em 2017, havia cerca de 2 mil comunidades terapêuticas operan-

do em todo o Brasil, sendo a maioria da região Sudeste (46%) e em zonas rurais (74,3%). As CTs foram introduzidas no país no final dos anos 1960, mas 79% delas foram fundadas entre 1996 e 2015. Ainda de acordo com a sondagem do Ipea, cerca de 82% das instituições pesquisadas declararam ter orientação religiosa.

Dessas, quase metade (47%) são evangélicas ou protestantes e 27%, católicas. Mesmo as CTs sem orientação religiosa também declararam desenvolver trabalhos espirituais, o que representa 95% do total delas, de acordo com dados de 2017 e 2018. Já a plataforma da Frente Parlamentar abrange apenas 603 CTs que recebem financiamento público.

Um fator complicador, segundo o Instituto de Estudos para Políticas de Saúde, é a existência de muitas instituições que se intitulam como CTs, mas que não são regulamentadas e, por isso, passam ao largo de qualquer possibilidade de identificação e fiscalização.

### PLATAFORMA COLABORATIVA

Dayana Rosa afirmou que a plataforma é colaborativa e aberta a pesquisadores que queiram compartilhar os seus trabalhos científicos. Isso é possível com o preenchimento de um formulário disponível no endereço da FPSM na internet. ●



A Assembleia de Mato Grosso trabalha para defender os direitos da pessoa idosa em nosso estado. Seja combatendo todos os tipos de violência e preconceitos ou criando leis que, cada vez mais, dão segurança e garantem a sua qualidade de vida. Porque viver com dignidade, respeito e atenção deve ser um princípio válido para todos, seja para quem está começando ou para quem já fez muito nessa vida.



VIVER BEM DEVE SER

O MELHOR DE TODA IDADE.

Proteja as pessoas



*Perto de você para a mudança acontecer.*



**ALMT**  
Assembleia Legislativa

# Ferrovias chinesa vai atravessar o Brasil e conectar país à China



Modal pode mudar a logística sul-americana para sempre, conectando o Brasil diretamente ao Pacífico. Este megaprojeto de 4.400 km promete impulsionar as exportações e transformar o país em um hub logístico global

Por **Humberto Azevedo**

**Q**uando pensamos em infraestrutura de grande escala, poucas ideias são tão ambiciosas quanto um projeto capaz de ligar os oceanos Atlântico e Pacífico. Imagine uma ferrovia que atravessa o coração da América do Sul, de ponta a ponta, conectando o Brasil diretamente à Ásia. Este não é um projeto futurista, mas uma realidade que está sendo planejada para revolucionar o comércio global.

A ferrovia transoceânica, um megaprojeto que está chamando a atenção do mundo todo, promete transformar a dinâmica econômica da região e posicionar o Brasil como um hub logístico global. De acordo com o canal Construction Time, o

projeto da ferrovia transoceânica, que está sendo desenvolvido com um significativo investimento chinês, é projetado para atravessar o Brasil, saindo do Porto de Salvador, na Bahia, no Oceano Atlântico, passando pelos estados de Goiás, Tocantins, Mato Grosso, atravessando o território da Bolívia, até ao porto de Ilo, no Peru, no Pacífico.

O projeto integra e faz parte da Ferrovia de Integração Leste-Oeste (FIOL), que permitirá também conexões por meio da Ferrovia Norte-Sul (FNS), o que poderá ligar os portos situados nos estados do Pará e Maranhão, da região Norte, com portos como Suape e Pecém, localizados em Recife, Pernambuco, e Fortaleza, Ceará, com os portos de Santos, no

litoral de São Paulo, e os portos localizados na região Sul do Brasil, como Paranaguá, no Paraná, Tubarão, em Santa Catarina, e Rio Grande, no Rio Grande do Sul. As conexões permitirão ainda uma saída até uma região portuária no Chile.

## ROTA ALTERNATIVA

Com uma extensão prevista de 4.400 km, a obra promete não apenas melhorar a logística sul-americana, mas também reduzir o custo do transporte de mercadorias, impulsionando as exportações de produtos como soja, milho, ferro e cobre para a Ásia, especialmente para a China. A ferrovia tem um enorme potencial de transformar a movimentação de cargas no Brasil e em outros países sul-americanos, criando uma alternativa mais eficiente e competitiva ao Canal do Panamá.



**Com uma extensão prevista de 4.400 km, a obra promete não apenas melhorar a logística sul-americana, mas também reduzir o custo do transporte de mercadorias, impulsionando as exportações de produtos como soja, milho, ferro e cobre para a Ásia, especialmente para a China**

---

De acordo com estimativas, o projeto poderia triplicar a capacidade de movimentação de cargas no porto de Ilo, enquanto Santos poderia ver um crescimento significativo no volume de produtos exportados. A promessa é que, com a ferrovia, a redução do tempo de trânsito e a diminuição dos custos de transporte ofereçam um salto considerável na competitividade dos portos sul-americanos no mercado global.

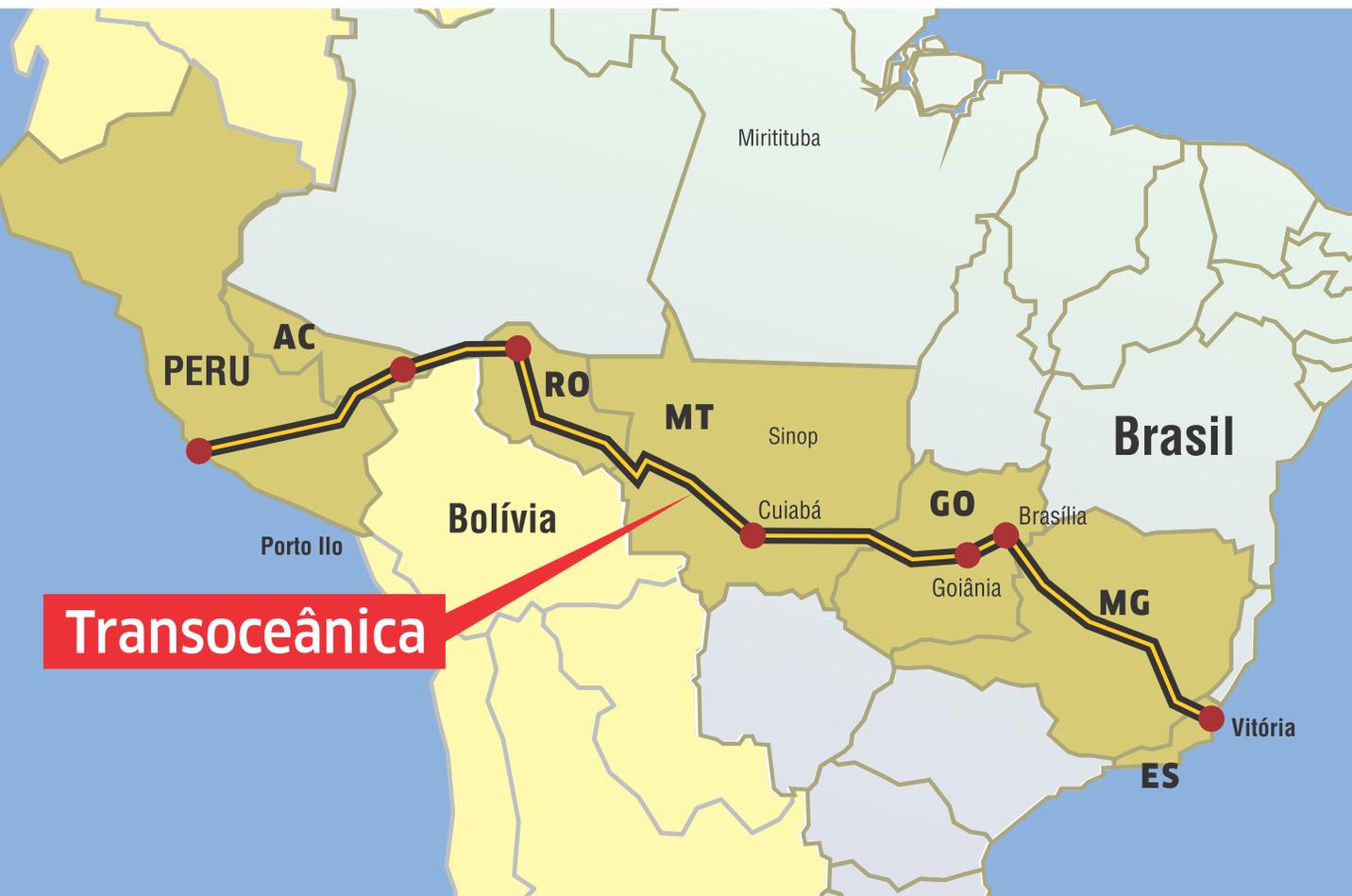
#### **IMPACTO GLOBAL**

Não se trata apenas de construir uma ferrovia. A transoceânica é uma alternativa logística estratégica que pode alterar a forma como as mercadorias fluem entre a América do Sul e a Ásia. E isso deverá impactar de maneira decisiva o comércio global. O objetivo é garantir que os produtos sul-americanos, incluindo

produtos agrícolas e minerais, cheguem aos mercados asiáticos de forma mais rápida e barata, posicionando o Brasil e outros países da região como fornecedores estratégicos para a China e outros mercados do Pacífico. De acordo com estudos de viabilidade, o projeto poderia representar uma revolução no transporte internacional de cargas, mudando a dinâmica das exportações sul-americanas.

#### **DESAFIOS**

Apesar das grandes promessas, a construção da ferrovia transoceânica não será uma tarefa simples. Visto que ela terá que atravessar a Floresta Amazônica e a Cordilheira dos Andes, representando enormes desafios de engenharia e questões ambientais para cumprir suas metas logísticas. A necessidade de cons-



## Transoceânica

truir túneis e viadutos para superar as montanhas, além da estabilização de solo em diferentes tipos de terreno, exigirá tecnologia de ponta e um cuidado excepcional com os impactos ambientais.

Além disso, o projeto envolve um esforço multinacional que exige a coordenação entre três países com diferentes regulamentações e necessidades logísticas. A construção pode levar mais de uma década, considerando a complexidade das obras e os estudos detalhados de impacto social e ambiental.

### EVOLUÇÃO

O conceito da ferrovia transoceânica surgiu em 2014 na gestão da ex-presidenta Dilma Rousseff (PT), quando a China entrou no projeto como parceira de um acordo entre o Brasil e o Peru. Desde então, o inte-

resse chinês em expandir suas rotas comerciais pela América Latina se fortaleceu. Investimentos bilionários começaram a ser destinados ao estudo e desenvolvimento da infraestrutura, com o objetivo de reduzir os custos e o tempo de transporte de mercadorias entre os dois continentes.

Em 2016, os custos iniciais foram estimados em US\$ 100 bilhões, mas esse valor deverá ser aumentado devido à complexidade do projeto. A ferrovia passou por várias fases de planejamento e negociações. Em 2019, o projeto foi reavaliado durante uma visita oficial do então presidente Jair Messias Bolsonaro (PL) à China, que reafirmou o compromisso do governo brasileiro na execução do projeto e da parceria tanto com a China, quanto com o Peru.

Mas na prática, no entanto, o que se viu ao longo dos últimos anos foi o projeto enfrentar enormes obstáculos financeiros, ambientais e logísticos que ainda precisam ser superados. Em 2021, o governo brasileiro anunciou planos para retomar os estudos de viabilidade, mas até 2024 a construção da ferrovia ainda não havia começado.

### O QUE ESTÁ EM JOGO?

Se a ferrovia transoceânica for concluída, ela terá um impacto direto no desenvolvimento econômico da América do Sul. Além de proporcionar uma rota alternativa ao Canal do Panamá, essa ferrovia se tornaria um eixo vital para o comércio internacional, oferecendo uma solução eficiente para o escoamento de produtos sul-americanos e facilitando o acesso a mercados asiáticos.



**A promessa é que, com a ferrovia, a redução do tempo de trânsito e a diminuição dos custos de transporte ofereçam um salto considerável na competitividade dos portos sul-americanos no mercado global**

---

O projeto está sendo comparado a outros megaprojetos globais, como a ferrovia Qinghai-Tibete, na China, e o canal da Nicarágua, uma tentativa de criar uma nova rota de navegação entre os oceanos Atlântico e Pacífico. Assim como esses projetos, a ferrovia transoceânica busca melhorar a conectividade entre os continentes e promover o desenvolvimento econômico em regiões remotas.

Entretanto, questões ambientais, como a travessia da Amazônia, e desafios diplomáticos entre os três

países envolvidos são obstáculos significativos. A possibilidade de um impacto ambiental irreversível, especialmente no bioma da Amazônia, tem gerado resistência tanto local quanto internacional.

O futuro da Ferrovia Transoceânica e o seu sucesso depende de diversos fatores, como a superação das dificuldades diplomáticas, o financiamento sustentável, e a resolução dos desafios ambientais e logísticos. A conclusão da ferrovia poderia transformar o Brasil em um hub logístico global, posicionando o país como uma peça-chave no comércio internacional.

Entretanto, o caminho até sua concretização ainda está longe de ser garantido, e os obstáculos são significativos. Com o custo estimado em aproximadamente R\$ 620 bilhões, a ferrovia transoceânica simbolizará tanto oportunidades quanto desafios para que grandes projetos de infraestrutura sejam executados na América do Sul. Se for concluída, ela pode representar um marco na história da integração regional e do comércio internacional, redefinindo a logística sul-americana e oferecendo novas oportunidades para o Brasil. ●

# O que são *deep techs*

## e por que elas são importantes para a indústria?



Startups que desenvolvem soluções baseadas em conhecimento científico têm o potencial de transformar mercados. Com a indústria, podem solucionar problemas de alta complexidade

Por **Amanda Maia**, da Agência de Notícias da Indústria

**D** *deep techs* são startups que trabalham com tecnologias baseadas em conhecimentos científicos com alta complexidade de desenvolvimento. As soluções são disruptivas, com potencial para liderar mudanças, estabelecer novas indústrias e reinventar as atuais.

Em relação a outras startups, as *deep techs* levam mais tempo para pesquisa e desenvolvimento (P&D) do produto e, conseqüentemente, para comercialização da solução. Também demandam mais investimento e envolvem mais riscos.

A indústria pode se beneficiar das *deep techs* com a compra direta ou licenciamento de novas tecnologias disruptivas e com investimentos por corporate venture capital e joint ventures. Ao desenvolver soluções com essas startups, as empresas reduzem o risco, os custos e o tempo que levariam para

realizar projetos de alta complexidade e impacto.

### **CARACTERÍSTICAS DAS DEEP TECHS:**

- Têm como foco grandes desafios sociais e ambientais da atualidade;
- Desenvolvem soluções de alta complexidade baseadas em avanços científicos;
- Operam na convergência de mais de uma área de conhecimento, combinando diferentes tecnologias;
- Aproveitam os avanços da tecnologia de informação para o desenvolvimento de produtos com grande potencial de transformação de mercados;
- Catalisam o desenvolvimento de um novo ecossistema de inovação, que une universidades e centros de pesquisa, empresas, startups, investidores, governos, facilitadores e usuários.

### **Exemplos de produtos e áreas de**

### **atuação das deep techs**

**Robótica:** drones e robôs humanoides, de armazém e de entrega

**Tecnologia espacial:** nanossatélites, internet baseada no espaço, manufatura espacial, estações espaciais privadas, foguetes reutilizáveis

**Biotecnologia:** biomateriais, agricultura molecular, software de edição genética, fermentação de precisão, proteínas alternativas, sementes geneticamente modificadas, bioimpressão

**Blockchain:** web 3.0, criptomoedas, carteiras digitais, contratos inteligentes

**Mobilidade avançada:** veículos elétricos e autônomos, hyperloop, aeronaves elétricas, supersônicas e hipersônicas

**Inteligência Artificial (IA):** modelos de linguagem de larga escala; algoritmos avançados de recomendação; texto para imagens, vídeo e som; modelos de difusão

**Tecnologia limpa:** energia solar e



Fotos: Divulgação

eólica avançada, hidrogênio verde, baterias avançadas, smart grids, microgrids, tecnologias de captura de carbono, fusão nuclear, energia geotérmica profunda

**Nanotecnologia:** nanossensores, nanomateriais, nanorobôs, nanocápsulas

**Computação infinita:** computação quântica, 5G-6G, internet das coisas, comunicação quântica, biocomputação, metaverso, realidade virtual e aumentada

**Materiais avançados:** grafeno, bioplástico, nanotubos de carbono, supercondutores, fibra de carbono, metamateriais, cristais fotônicos

**Tecnologia da saúde:** vacinas RNA, interfaces computador-cérebro, terapias de gene, cirurgias robóticas, medicina regenerativa, implantes e órgãos de impressão 3D

**Manufatura avançada:** robôs industriais; gêmeos digitais; nanomanufatura; construções em impressão 3D; processamento a laser; impressoras 3D avançadas multimaterial, de metal, etc.

### ESTRATÉGIA NACIONAL

A Financiadora de Estudos e Projetos (Finep) se juntou à Confederação Nacional da Indústria (CNI) e outras instituições, como o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social

(BNDES), o Centro de Gestão e Estudos Estratégicos (CGEE) e o Sebrae, para apresentar uma proposta de Estratégia Nacional de Apoio ao Desenvolvimento das *Startups Deep Techs* e seus Ecossistemas no Brasil.

Entre as propostas para criar um ambiente favorável à criação e consolidação de *deep techs* no país, estão:

- Ampliar o conhecimento sobre *deep techs* no Brasil, incluindo o mapeamento e pesquisas sobre as empresas e seus ecossistemas, bem como a difusão de conceitos e casos de sucesso;
- Estimular ações coordenadas e alinhadas com a política governamental entre os diversos atores que compõem o ecossistema de *deep techs*;
- Direcionar e apoiar com recursos adequados o ecossistema de *deep techs*, buscando remover ou minimizar barreiras ao seu desenvolvimento;
- Alavancar a jornada das *deep techs* de forma contínua e perene através da criação, mobilização e direcionamento de instrumentos de apoio de diferentes fontes e modalidades, adequados a cada estágio de maturidade



tecnológica e de negócio;

- Acelerar e colaborar para a desburocratização e simplificação de trâmites regulatórios e jurídicos.

A Mobilização Empresarial pela Inovação (MEI) - movimento criado e coordenado pela CNI com as empresas que mais investem em inovação no país - também acompanha o tema das *deep techs* por meio dos Grupos de Trabalho de Financiamento à Inovação, e de Negócios do Futuro. Este último dedica-se inteiramente a desenvolver o ecossistema de *deep techs* para a indústria farmacêutica do Brasil. E é liderado pela empreendedora na área de genômica, Lygia Pereira, CEO da Gen-t. ●

# “A Antropologia é absolutamente comprometida com os direitos humanos”

Afirmção é da professora **Luciana de Oliveira Dias**, que acaba de assumir a presidência da Associação Brasileira de Antropologia (ABA), à frente de uma diretoria formada majoritariamente por negras e negros e por mulheres negras

Por **João Negrão**, da Editoria

**A** professora Luciana de Oliveira Dias, titular da Universidade Federal de Goiás (UFG), tomou posse no dia 16 de janeiro, como presidente da Associação Brasileira de Antropologia (ABA). Nós conversamos com a docente sobre como será a gestão da nova diretoria e também sobre o fato inédito de a ABA ter pela primeira vez uma diretoria formada majoritariamente por negras e negros e por mulheres negras.

**João Negrão - Luciana, vamos começar falando da posse da diretoria da Associação.**

**Luciana de Oliveira Dias -** No último dia 16 de janeiro, deste ano novinho que a gente acabou de receber, a gente teve a posse da nova Diretoria da Associação Brasileira de Antropologia, que deve exercer um mandato de dois anos, durante o biênio 2025-2026. A gente vai contar com essa nova diretoria absolutamente diversa e inovadora no contexto da Associação Brasileira de Antropologia, que deve desempenhar o seu trabalho no nosso país.

Eu queria aqui, professora Luciana, falar o nome dos outros membros da diretoria. Nós temos o vice-presidente, que é o Henyo Trindade Barretto Filho, da UnB, a nossa Universidade de Brasília. Temos o Waldemir Rosa, secretário-geral, que é da Unila, a Universidade Federal da Integração Latino-Americana. A secretária adjunta é a Juliana Farias, da UERJ, a Universidade Estadual do Rio de Janeiro. Na Tesouraria temos a Silvana de Souza Nascimento, da USP, a Universidade de São Paulo. A tesoureira adjunta é Jacqueline Moraes Teixeira, também da UnB. E temos as diretorias regionais: a diretora da região Norte é Lucybeth Camargo de Arruda, da Ufopa, Universidade Federal do Oeste do Pará; do Nordeste é a Vera Rodrigues, da Unilab, a Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira; do Centro-Oeste é o Antônio Hilário Aguilera Urquiza, da UFMS, a Universidade Federal de Mato Grosso do Sul; e Flavia Medeiros Santos, diretora da regional Sul-Sudeste, que é professora da UFSC, a Universidade Federal de Santa Catarina. Luciana, eu queria





**Luciana de Oliveira Dias é titular da Universidade Federal de Goiás (UFG), tomou posse no dia 16 de janeiro, como presidente da Associação Brasileira de Antropologia (ABA)**



**que você falasse um pouco do programa da diretoria, sobre a plataforma de trabalho dessa nova Diretoria da ABA.**

Está certo. A ABA, que é a Associação Brasileira de Antropologia, é a associação científica no campo das humanidades mais antiga do Brasil, que faz 70 anos neste 2025. Desde 1955 que a Associação Brasileira de Antropologia vem trabalhando no sentido de produzir Antropologia de qualidade no Brasil. Seu grande objetivo é produzir Antropologia de excelência, é produzir ciência para este país. Mas a Antropologia tem uma especificidade muito grande que, concomitantemente a esse esforço em produzir ciência de alta qualidade, vem buscando realizar também justiça social, reparação histórica. Os antropólogos são absolutamente comprometidos com a realização de direitos humanos. Vamos dar um exemplo: os antropólogos estão presentes até naqueles lugares que a gente nem imagina. Sempre tem um antropólogo por ali preocupado em decifrar e relatar as culturas que nos formam enquanto seres humanos. Somos seres absolutamente culturais porque estamos imersos nesse contexto de sociedade e cultura que diz exatamente aquilo que a gente é. Então, o trabalho do antropólogo passa também por interpretar essas culturas, por estudar essas culturas e entender aí tecnologias sociais que sejam capazes de reverter situações de preconceito, de discriminação, de injustiça social. O antropólogo tem um trabalho absolutamente complexo nesse sentido, porque a partir da produção científica que ele desenvolve, a partir das pesquisas, dos

estudos qualificados das culturas humanas, ele busca também promover uma espécie de realização da justiça social diante desses cenários tão injustos que a sociedade acaba produzindo ao longo dos anos.

**Fale mais um pouco sobre o trabalho da gestão da associação.**

A associação, desde a sua fundação, vem desenvolvendo trabalho muito voltado para o aprimoramento dessa produção científica no campo da Antropologia e para isso ela vem buscando realizar articulações com outras instâncias da sociedade, que não somente a universidade, mas, por exemplo, a sociedade civil, governo, com entes e entidades que favoreçam a realização de direitos humanos a todos os seres humanos. Vamos falar do que a gente vai fazer na gestão, à frente da diretoria da Associação Brasileira de Antropologia. Dar continuidade a esse trabalho articulando-se com outras sociedades, com outras entidades da sociedade no sentido de realizar justiça social. A gente tem uma atuação muito forte, muito localizada, nas universidades porque a gente tem o objetivo de formar novos profissionais da Antropologia ou das Ciências Sociais de maneira ampliada. Mas realizar essa formação pensando de maneira articulada na atuação dos antropólogos na sociedade como um todo. Para isso a Associação Brasileira de Antropologia tem que estar muito bem articulada com outras associações científicas de âmbito nacional e de âmbito internacional, com entidades da sociedade civil, com movimentos socia-

is organizados, com entidades do governo nas suas mais variadas dimensões, para que a gente consiga de maneira articulada e coletiva transformar a sociedade, tornando-a uma sociedade mais próxima daquilo que a gente deseja, que é uma sociedade equânime, justa, igualitária, o mais livre possível de processos de preconceito e discriminação. É esse trabalho que a gente quer dar continuidade. Ao longo desses 70 anos a ABA vem desenvolvendo esse trabalho com muita excelência, mas ainda demonstrando lugares e espaços que precisam ser repensados para que essa atuação a partir da Associação seja também aprimorada, atualizada de acordo com os novos contextos socio-culturais que a gente está inserida hoje como sociedade.

**Você está falando tudo isso e eu estou aqui me remetendo lá na minha época de repórter, quando fiz muita reportagem sobre remanescentes de quilombos, quilombolas e também sobre a questão indígena. E aí o papel que o antropólogo tinha ali para emitir laudos para demarcações, por exemplo. Fale um pouquinho sobre essa questão mais prática para a vida do cidadão, ali na questão mais imediata, da importância do trabalho do antropólogo.**

Isso! O antropólogo hoje no Brasil - de maneira muito generalizada -, a gente tende a entender que ele atua nas universidades como professor de Antropologia e de Ciências Sociais. Mas é muito importante ampliar essa compreensão, porque o campo de atuação do antropó-



**“ A Associação Brasileira de Antropologia é a associação científica no campo das humanidades mais antiga do Brasil, que faz 70 anos neste 2025. Desde 1955 que a Associação Brasileira de Antropologia vem trabalhando no sentido de produzir Antropologia de qualidade no Brasil”**

logo é muito mais vasto do que isso. Há várias possibilidades de atuar hoje como antropólogo, por exemplo, na emissão de laudos antropológicos que podem resultar em reconhecimentos de territórios quilombolas e indígenas como você acabou de falar, territórios de populações tradicionais. Os laudos antropológicos instrumentalizam instâncias do governo que podem resultar no reconhecimento e no registro desses territórios. Isso é muito importante. O antropólogo pode atuar também como perito, emitir documentos, realizar perícias antropológicas e apresentar documentos que podem reverter situações muito graves de violação de direitos; em situações graves envolvendo guerras ou situações extremas de violação de direitos humanos, envolvendo violência urbana. Por exemplo, o antro-

pólogo pode atuar emitindo documentos periciais que fazem um estudo aprofundado da situação e encaminhar esses documentos para instâncias da sociedade que são responsáveis por equacionar esses problemas. O antropólogo, então, emite laudos, realiza perícias que são muito importantes para que a gente reconfigure um cenário societário ainda muito marcado por violência. O antropólogo, na verdade, é aquele que tem uma lupa no âmbito da pesquisa que permite ver pontos da sociedade como um todo que precisam ser transformados para que a justiça social prevaleça, para que a reparação às injustiças históricas prevaleça. Inclusive agora esse é um dos desafios lançados para essa nova diretoria que assume a Associação Brasileira de Antropologia: é pensar e dar encaminhamento para a profissionalização da Antropologia. A gente tem uma situação em que há que se reconhecer o valor, profissionalizar, trabalhar com o reconhecimento e profissionalização do antropólogo no Brasil, que é um campo ainda fragilizado, descoberto, que precisa avançar nesse sentido.

**A propósito disso, Luciana, tenho certeza de que muitos jovens vão acessar a sua entrevista, o resultado do Enem já saiu e os estudantes começam a acessar o Sisu, buscando um curso. De repente alguém pensa assim “eu quero ser um antropólogo”. O que ele deve fazer? Qual é a formação para chegar à Antropologia?**

No Brasil a gente tem um pouco mais de uma dezena de cursos de graduação em Antropologia. Pode buscar esses

cursos de graduação em Antropologia, mas a maioria dos cursos que são oferecidos são cursos de Ciências Sociais. Então, você que está interessado em entender um pouco mais e até trabalhar com Antropologia, pode se inscrever para um curso de Ciências Sociais. O curso de Ciências Sociais no Brasil tem um tripé que o sustenta: a Ciência Política, a Sociologia e a Antropologia. Quando você ingressar na universidade e fizer opção pelo curso de Ciências Sociais, você tem uma probabilidade muito grande de se envolver com a Antropologia e se tornar um antropólogo, podendo vir a ser um professor universitário, um pesquisador e que pode trabalhar com essa vasta possibilidade que eu falei agora há pouco. Como a realização de perícias, a emissão de laudos antropológicos e você vai trabalhar com uma população muito importante, porque a população brasileira é muito diversa. E em um país de base discriminatória, a maioria dessa população - na verdade, que foi tornada minoria, que foi transformada em minoria, mas que na verdade é uma maioria numérica -, essa maioria dessa população é muito discriminada porque no Brasil a gente ficou muito especializado em discriminar. Então, você vai ter a oportunidade de trabalhar com populações negras, por exemplo, populações negras urbanas, vai ter a oportunidade de trabalhar com quilombolas, com povos indígenas, que é muito interessante. Contribuindo aí - a partir das pesquisas que você vai desenvolver - para tornar essa sociedade mais igualitária para todos os indivíduos.



**A gente está falando basicamente de mercado de trabalho. E no serviço público, quais são os órgãos que necessitam de antropólogos? Funai, Fundação Palmares? Tem muita gente que quer entrar para o serviço público, tem os concursários.**

O mundo do trabalho é um atrativo à parte. Obviamente que ele precisa ser repensado com um pouco mais de seriedade e aprimorado, porque a gente tem hoje no Brasil um mundo do trabalho que não está conseguindo absorver a quantidade de profissionais que saem dos mais variados cursos e que pretendem ingressar nesse mundo do trabalho. Mas, no campo das Ciências Sociais, a gente tem algumas possibilidades. Esses órgãos públicos, todos eles, na verdade, estão abrindo possibilidades de contratação de antropólogos. A universidade já é uma possibilidade muito concreta de - já é natural, vamos dizer assim - um caminho muito desejado. E esse desejo é construído já desde a graduação: “faço Ciências Sociais, quero construir a minha carreira e a minha atuação profissional dentro das universidades públicas lecionando e pesquisando”. As universidades hoje - a gente tece muitas críticas a elas ainda - são campos de trabalhos possíveis. É bem interessante trabalhar nas universidades pelo reconhecimento e por uma espécie de autonomia que a gente consegue conquistar atuando dentro delas. Mas a gente também tem esses entes e agências públicas, que também contratam antropólogos. Por exemplo, a Funai [Fundação Nacional dos Povos Indígenas], como você falou, mas também o

Incra [Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária], o ICMBio [Instituto Chico Mendes da Biodiversidade]; a gente tem as Fundações, todas elas estão demandando hoje a presença de antropólogos para que realizem trabalhos bastante consistentes no seu interior, se você pensar na estrutura dos governos municipais, estaduais e o governo federal. Você tem aí, no campo da Educação, da Saúde, dos Direitos Humanos, sempre possibilidade de atuação de profissionais das Ciências Sociais e da Antropologia especificamente.

**Vamos falar então do que a gente está doido para falar. Assim, eu cheguei aqui [a entrevista foi feita numa das salas do Departamento de Antropologia da UnB], encontrei um grupo de estudantes africanos e pedi para eles me confirmarem se aquele era o prédio do departamento. “Você quer ir aonde?”, perguntou um deles. Eu falei que procurava a reunião da ABA. Aí eles sorriram muito e entre eles tinha uma estudante de Antropologia. Eles ficaram felizes e me externaram isso, que essa diretoria da ABA é composta majoritariamente por professores e professoras negros, antropólogos negros. Professora Luciana, conta pra gente como é que vocês conseguiram essa façanha?**

Eu estava brincando com você agora há pouco: eu acho que isso é um pequeno milagre, um pequeno milagre que nós desejamos. É necessário a gente olhar para os milagres com muita seriedade, porque os milagres acontecem

depois de muito caminho feito, de muito trabalho feito, de muita ação, de muita articulação realizada. A Associação Brasileira de Antropologia tem 70 anos de existência e de atuação neste país e a gente conta com a primeira diretoria majoritariamente composta por pessoas negras, antropólogas e antropólogos negros do Brasil inteiro, de Norte a Sul, pessoas negras. E é a primeira vez que a gente tem uma presidente negra eleita para fazer esse trabalho durante esses próximos dois anos. Isso é histórico! E isso precisa ser documentado, registrado e apresentado para vocês como histórico, porque isso resulta, obviamente, de uma abertura da Associação para que isso acontecesse. Mas se não houvesse uma atuação engajada, um compromisso absolutamente sério por parte dos antropólogos e antropólogas negros, que de fato sempre existiram, sempre estiveram realizando Antropologia nesse país, se esses antropólogos negros não tivessem se articulado e reivindicado e demandado e construído esse momento, a gente não estaria vivendo esse dia de hoje. A Associação Brasileira de Antropologia está em festa, mas, sobretudo, a população negra brasileira está em festa. Porque, de fato, é uma conquista e essa conquista precisa ser revelada, precisa ser celebrada e a gente está com muito boas energias para o exercício desse trabalho que começa agora em 2025. O nosso diferencial é exatamente tornar essa Associação mais plural, mais diversa, mais representativa daquilo que a própria sociedade brasileira é. Veja bem: a sociedade brasileira hoje é composta



**“ O grande objetivo da ABA é produzir Antropologia de excelência, é produzir ciência para este país. Mas a Antropologia tem uma especificidade muito grande que, concomitantemente a esse esforço em produzir ciência de alta qualidade, vem buscando realizar também justiça social, reparação histórica”**

por mais de 54% da sua população por pessoas negras. Por que essas pessoas não estão representadas em absolutamente todas as instâncias de tomada de decisão e de poder? Há uma injustiça histórica que precisa ser reparada, principalmente na academia.

**Luciana, a lei de cotas contribuiu muito para isso também. Acredito que essa composição da diretoria é também devido a um grande número de antropólogos negros que saíram nesses últimos 20 anos nas universidades, não é? Estudantes negros que entraram e se formaram devido às cotas. Mas eu queria perguntar outra coisa para você - eu já fiz esse exercício. Fiz com minha amiga Lucybeth, a gente conversou muito sobre isso; fiz com os estudantes africanos enquanto caminhava para cá. Mas eu queria que você falasse, que**

**fizesse esse mesmo exercício comigo: o que muda na Antropologia agora com esse - vamos usar aqui uma frase que já se tornou, para mim, um clichê - lugar de fala? Fala pra mim.**

Falo. Mas antes eu gostaria só de destacar a importância dessa lembrança que você faz das políticas de ações afirmativas, 20 anos de políticas de ações afirmativas. Lembra que eu falava que na verdade esse movimento começa muito antes e envolve pessoas que não estão aqui agora. Não é coincidência: 20 anos depois da aplicação das políticas de ações afirmativas, exatamente quando um ciclo de formação se fecha, a gente tem então os primeiros doutores e pós-doutores, nas mais variadas áreas, prontos para ingressar no mundo do trabalho, para atuar na universidade, a gente elege a primeira presidenta negra. Isso não é coincidência. Tem todo um movimento gerado lá no bojo das ações afirmativas que faz com que a gente chegue a esse contexto que a gente vive hoje, que é um contexto absolutamente inovador porque insere no cargo máximo da Associação Brasileira de Antropologia uma antropóloga negra. Então, é nesse contexto absolutamente complexo que a gente vê as mudanças acontecendo. E as mudanças não são poucas. Você pergunta o que muda. Eu costumo falar que a gente tem pelo menos duas dimensões de mudanças acontecendo. Primeiro é uma mudança estética. É claro, faz toda a diferença você chegar aqui para entrevistar a gente e encontrar estudantes negros ali na porta. Isso era uma impossibilidade 20 anos atrás, quando essa mesma Universidade de

Brasília há 20 anos contava com 1% do seu corpo discente negro. A gente tem uma mudança que é estética porque você tem a inserção de corpos negros nesses espaços. Então, essa mudança por si só já vale a pena: você tem uma diversidade se apresentando nesse espaço que é a universidade. Mas não é somente essa mudança estética que acontece. Há uma mudança ética, porque esses corpos trazem consigo saberes e fazeres que vão se colocar em diálogo e movimentação com saberes e fazeres que acontecem aqui na universidade. Então a gente está diante da possibilidade concreta do que eu costumo chamar de saberes plurais, ou de pluris saber ou de pluris epistemologias. A gente tem saberes em contato tornando muito mais vibrante e plural a própria produção de conhecimento que acontece aqui nesse espaço. Veja bem comigo, o que representa um indígena entrando aqui com todos os saberes que ele tem adquirido junto ao seu povo nesse lugar. Imagina a diversificação de saberes que a gente tem quando chegam aqui pessoas negras. E não somente pessoas negras, mas pessoas específicas, por exemplo, mulheres negras. Mulheres negras que, aliás, é a maior composição da nova diretoria que assume a ABA nesse biênio 2025-2026. A gente acredita que essa diversidade não é somente representativa. A gente acredita que essa diversidade transforma o lugar onde ela se institui. No caso, dentro da Antropologia. A gente pode afirmar com muita tranquilidade, muita segurança, que a Antropologia hoje, neste ano de 2025, passados 70 anos da criação da Associa-



ção Brasileira de Antropologia, é uma Antropologia mais rica, é uma associação mais rica, porque é mais diversa, porque é mais plural, porque tem uma mudança estética, porque a gente apresenta a nossa especificidade com relação ao nosso pertencimento racial. Mas, sobretudo, porque a gente traz consigo, junto com os nossos corpos, um saber fazer que é alternativo a esse saber que ainda é marcado pelo eurocentrismo, pelo preconceito, pela exclusão, pela discriminação. Olha só a oportunidade ímpar que a gente está tendo de transformar não somente a Associação, mas também a Antropologia, mas também o país e o mundo, porque o Brasil se insere numa corrente que é mundial. Mundialmente falando, é impossível e não há retrocessos, não há como retroceder nesse movimento que aponta para a diversificação, pluralização, representatividade dos espaços com todas as diferenças presentes, construindo o mundo que a gente quer. Não somente o mundo que a gente quer, mas o mundo que a gente precisa, porque as mudanças são necessárias.

**Registrar que estão tentando conter essas mudanças, mas os fascistas não passarão, porque eles querem retroceder. Luciana, eu quero agradecer muito a você por esta entrevista maravilhosa...**

**“ O trabalho do antropólogo passa também por interpretar essas culturas, por estudar essas culturas e entender aí tecnologias sociais que sejam capazes de reverter situações de preconceito, de discriminação, de injustiça social”**

Acho que eu vou ter que complementar o que você fala agora: os fascistas não passarão, os racistas também não, e os machistas também não passarão.

**Luciana, quero deixar para você fazer suas considerações finais, se despedir do nosso público e agregar alguma coisa que você considerar importante falar. Fique à vontade.**

Bom, eu quero estimular você que quer vir para a universidade a se aproximar, a conhecer um pouco mais dos cursos de Ciências Sociais e Antropologia, porque a Antropologia é esse lugar de onde a gente fala e de onde a gente trabalha que pode transformar a sua realidade, a realidade do seu grupo, do

seu coletivo, do seu lugar, a realidade do mundo. Eu acredito muito na Antropologia como ferramenta de transformação do mundo. Fica o convite para vocês. Eu quero expressar aqui também um agradecimento muito especial àquelas e àqueles que vieram antes de mim. Esse movimento está acontecendo agora e eu sou a primeira presidenta negra da Associação Brasileira de Antropologia porque muito foi feito antes da minha chegada até aqui. Então eu quero expressar a minha gratidão a esse muito que foi feito até aqui na Antropologia e fora dela. Sobretudo, fora dela, porque eu, fora desse campo, que me coloca no campo e que faz com que a gente, os nossos movimentos negros, que a gente tem que saudar, os nossos ancestrais também, essa movimentação da população negra que faz com que aconteçam deslocamentos importantes de indivíduos e a entrada desses indivíduos em espaços tão importantes da sociedade, como é uma associação científica, como é uma universidade. A gente vai transformando esses espaços e essa transformação nunca é individual. Ela é sempre coletiva. É por isso que eu fecho agradecendo a essa coletividade que tornou possível essa transformação...

**Eu sou porque nós somos...**

Sempre! Eu sou porque nós somos, exatamente! ●

VOCÊ PODE  
SER MUITOS.



REINVENTE-SE.

CASA  PRADO

# RDM

## REDE DE MÍDIAS

# 28

## anos

BRASÍLIA | RIO DE JANEIRO | SÃO PAULO | CUIABÁ



**Grupo RDM (Rede de Mídias Brasil), há 28 anos ininterruptos, é o maior sucesso editorial do Centro-Oeste brasileiro. Neste ano de 2024, assumimos a posição de um grupo nacional de comunicação social, com escritórios editoriais no eixo Brasília-Rio-São Paulo, e daqui, para o mundo via internet. GRUPO RDM Brasil, orgulho de ser desta terra!**

#### BRASÍLIA-DF

📍 SHS Quadra 06 - Bloco F - Sobre Loja, Complexo Brasil 21  
☎ Tel.: (61) 2193.1409 - 98160-3377 - CEP 70.316-102  
@ midia@revistardm.com.br

#### RIO DE JANEIRO-RJ

📍 Rua Visconde de Pirajá, 495 - Ipanema  
☎ Tel.: (61) 98160-3377 - CEP 22.401-003  
@ midia@revistardm.com.br

#### SÃO PAULO-SP

📍 Alameda Santos, 1817 CJ 112 - Cerqueira Cesar  
☎ Tel.: (61) 98160-3377 - CEP 01.419-909  
@ midia@revistardm.com.br

#### CUIABÁ-MT

📍 Rua Hermenegildo Correia Galvão, 147 - Bairro Santa Rosa  
☎ Tel.: (65) 3623-1170 9682-1470 - CEP 78.040-240  
@ midia@revistardm.com.br